



Diário Oficial

Nº 31.803

BELÉM-PARÁ, QUINTA-FEIRA 02 DE DEZEMBRO DE 2010

SESPA constitui grupo de trabalho para reduzir incidência da sífilis congênita

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), por intermédio da Portaria 1354/2010, constitui o Grupo de Trabalho (GT) da sífilis congênita no Estado do Pará. O objetivo é elaborar e conduzir o plano de ações na rede de atenção básica; estabelecer

critérios de priorização dos municípios; integrar as ações voltadas à sífilis congênita e abordagem sindrômica; realizar reuniões com os municípios prioritários, entre outras atribuições. A portaria também define que o GT para o controle e/ou erradicação da sífilis congênita

seja composto por membros vinculados às instituições públicas ou privadas, envolvidas em atividades de assistência à saúde e ensino, assim como representantes da sociedade civil organizada, conselhos municipais, estaduais de classe. (Cad. 2 - Pág. 8)

Floresta Estadual do Paru

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), por meio da Portaria 3.668/2010, institui o Conselho da Floresta Estadual do Paru. Compete ao Conselho, entre outras atribuições, acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, garantindo o seu caráter participativo; e buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais. O Conselho é composto por 24 conselheiros, sendo 12 representantes do poder público e 12 da sociedade civil. (Cad. 2 - Pág. 2)

Acordo de cooperação técnica

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará e o Banco do Brasil S/A assinam acordo de cooperação técnica, cujo objetivo é a utilização do acesso do sistema eletrônico de licitação disponibilizado pelo Banco do Brasil, possibilitando, por intermédio da internet, processos eletrônicos de bens e serviços comuns. O acordo tem prazo de vigência de 02 anos, a contar de 01 de dezembro de 2010. (Cad. 3 - Pág. 12)

SEDUC institui auxílio financeiro aos professores da rede estadual

Portaria 083/2010, editada pela Secretaria de Educação (SEDUC), dispõe sobre a concessão de apoio financeiro aos professores-alunos desta Secretaria, que necessitem de deslocamento e permanência em municípios pólo, a fim de assistir a cursos de licenciatura do Plano de Formação Docente

do Estado do Pará. O Auxílio Financeiro destina-se a contribuir com a permanência e a conclusão exitosa do professor da rede estadual. O auxílio poderá ser estendido a professor ou técnico em educação lotado na rede estadual que necessitar assistir a curso de Formação Continuada. (Cad. 2 - Pág. 13)

Segurança alimentar

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social publica a minuta de proposta de criação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública estadual afetos à área de segurança alimentar e nutricional. (Cad. 3 - Pág. 4)

Convocação de aprovados

A Prefeitura Municipal de Tailândia convoca candidatos aprovados no Concurso Público CPMPPT nº. 001/2007, a comparecerem no período de 26 de novembro a 11 de dezembro de 2010, de 08:00 às 13:00 horas, na Secretaria Municipal de Administração daquela prefeitura para fins de habilitação pré admissional. (Cad. 3 - Pág. 15)

A História no Diário Oficial

MOURA CARVALHO (L)

Em 19 de agosto de 1959, o governador Luiz Geolás de Moura Carvalho sancionou a Lei nº. 1.729, que autorizava o Poder Executivo a abrir um crédito de Cr\$ 100 mil cruzeiros, como auxílio especial à construção da sede da Associação Rural de Porto de Moz, município do mesmo nome.

Naquele mesmo dia, o governador também sancionou a Lei nº. 1.735, por meio da qual ficaria o Poder Executivo autorizado a doar ao Sindicato dos Motoristas Rodoviários de Belém um prédio pertencente ao patrimônio do Estado.

Ainda no dia 19 de agosto daquele mesmo ano o governador também sancionava a Lei nº. 1.736, que dispunha sobre o efetivo da Inspeção da Guarda Civil e abria um crédito suplementar no orçamento de 1959, corrente. Assim, o efetivo daquela Inspeção ficaria aumentado para 111 guardas civis de 3ª classe. E para atender às despesas com o aumento do efetivo da referida Inspeção, ficaria aberto um crédito suplementar de Cr\$ 1.864.800,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros).